



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

CONHECIMENTOS E ATITUDES DOS PROFISSIONAIS DO NASF-AB SOBRE NOTIFICAÇÕES DE REAÇÕES ADVERSAS A MEDICAMENTOS

*¹Stela Maria Pires Matos, ¹Larissa de Araújo Moura, ¹Ivana Paixão Novais, ²Aline Teixeira Amorim, ³Danilo Menezes Oliveira, ⁴Érika Pereira de Souza, ⁵Andressa Lacerda Fernandes Reis and ⁶Rodrigo Santos Damascena

¹Graduandas em Farmácia pela Faculdade Independente do Nordeste, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; ²Farmacêutica, Mestre em Microbiologia pela ICB - USP, Docente pela UniFTCVitória da Conquista, Bahia, Brasil; ³Farmacêutico, Mestre em Biociência pela Universidade Federal da Bahia, Docente pela UniFTC e Uninassau, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; ⁴Enfermeira. Doutora em Ciências Fisiológicas, Docente da Faculdade Independente do Nordeste, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; ⁵Farmacêutica, graduada pela Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, Brasil; ⁶Mestre em Saúde Pública pela Fiocruz, Docente da Faculdade Independente do Nordeste, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 11th August, 2019
Received in revised form
03rd September, 2019
Accepted 17th October, 2019
Published online 30th November, 2019

Key Words:

Farmacovigilância,
Reação adversa, NASF-AB.

*Corresponding author:

Stela Maria Pires Matos

RESUMO

Introdução: As Reações Adversas a Medicamentos (RAM) são definidas pela Organização Mundial de Saúde - OMS como quaisquer respostas nocivas e não intencionais que podem acontecer em um paciente que esteja utilizando um fármaco em dose usualmente empregada para tratamento, profilaxia e diagnóstico. Com isso a Farmacovigilância visa auxiliar o profissional no momento de notificar essas reações a fim de prevenir e minimizar riscos para a população. **Objetivo:** Avaliar os conhecimentos e atitudes dos profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) de um município do Sudoeste da Bahia sobre notificações de reações adversas a medicamentos. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, realizada com 26 profissionais de saúde da equipe do NASF-AB. Dessa forma, a população de estudo foram os profissionais de Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física e Psicologia. Foi aplicado um questionário estruturado, constituído por duas seções: a primeira composta por dados socioeconômicos e perfil profissiográfico e a segunda por questões específicas sobre Farmacovigilância e RAM. **Resultados e Discussão:** Os resultados demonstraram predominância do sexo feminino (61,5%), com idade de 30-37 anos (57,7%), a maioria possuía termo de formação entre 6-13 anos (76,9%) e tempo de vínculo com a prefeitura 3-7 anos (57,7%). A Pesquisa envolveu 5 categorias de profissionais sendo, 7 fisioterapeutas (26,9%), 6 nutricionistas (23,1%), 6 psicólogos (23,1%), 5 educadores físicos (19,2%) e 2 farmacêuticos (7,7%). A maioria dos entrevistados declarou que o conhecimento sobre RAM é regular ou ruim (84,2%) e o conceito de RAM foi respondido por 61,5% dos profissionais de forma incorreta. **Conclusão:** Capacitações são necessárias para os profissionais do NASF-AB possam trabalhar de forma inter e multidisciplinar na possibilidade de identificar e notificar uma possível RAM, bem como a possibilidade de concretizar programas que incentivem os profissionais de saúde quanto a auxiliar a população no uso correto e racional do medicamento.

Copyright © 2019, Stela Maria Pires Matos et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Stela Maria Pires Matos, Larissa de Araújo Moura et al. 2019. "Conhecimentos e atitudes dos profissionais do nasf-ab sobre notificações de reações adversas a medicamentos", *International Journal of Development Research*, 09, (11), 31821-31826.

INTRODUCTION

Para melhorar a qualidade de vida da população, os medicamentos passaram a contribuir na eficácia dos sistemas de saúde, reduzindo o tempo em hospitais e até mesmo o número de óbitos.

Em contrapartida, os eventos adversos causados pelos mesmos podem provocar graves problemas na saúde pública (MOINUDDIN, 2018). Nos anos de 2006 a 2017 foram notificados no Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária (NOTIVISA), aproximadamente 103.887 casos de eventos adversos no país, sendo que destes, 38.730 estavam

relacionados com o uso de medicamentos (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Nessa perspectiva, a farmacovigilância (FV) foi constituída com o intuito de garantir a segurança da população, através de sistemas que identificassem reações adversas a medicamentos e os dados existentes (AMORIM; CARDOSO, 2013). Com isso, a OMS criou em 1968 o Programa de Vigilância Internacional de Medicamentos, onde seu principal método é a notificação voluntária, que consiste na coleta e comunicação de informações sobre reações indesejadas, manifestadas após o uso do medicamento (ANVISA, 2012). Esse órgão inclui diversas atividades que estão direcionadas para detecção, avaliação, compreensão e prevenção dos efeitos adversos ou problemas que podem estar relacionado com o uso de medicamentos (MOTA; VIGO; KUCHENBECKER, 2018). Esta tem como objetivo principal detectar de forma prévia os eventos adversos conhecidos ou não, a fim de monitorar a ocorrência dos mesmos, avaliando sempre o risco e benefício do produto para certificar que esse mantenha segurança, qualidade e eficácia (ANVISA, 2009). Para a farmacovigilância as reações adversas a medicamentos (RAMs) se enquadram nos eventos adversos mais importantes, pois elas estão diretamente ligadas aos distúrbios causados pelo uso de medicamentos pela população (AMORIM; CARDOSO, 2013). As RAMs são definidas como qualquer resposta nociva e não intencional a um medicamento, que ocorre em suas doses usualmente utilizadas para profilaxia, terapia ou diagnóstico (FELIPE, OLIVEIRA, TERRA, 2014).

Os profissionais de saúde são peças-chave para a detecção e notificação às RAMs, pois estão em contato direto com o paciente. Nesse contexto, entende-se a importância dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF- AB), que são equipes multiprofissionais que visam fortalecer, ampliar e integrar as ações de desenvolvimento na atenção básica dando apoio às equipes de saúde da família (ESF) no acompanhamento da população (BARROS *et al.*, 2015). Os profissionais que fazem parte do NASF-AB auxiliam no diálogo com a população, na troca de informações do modo educativo e auxiliam as ESFs no acompanhamento do usuário de forma completa (BARROS *et al.*, 2015). Nessa situação, os profissionais que atuam diretamente com o usuário, como os do NASF-AB, devem se atentar com muita cautela as queixas dos usuários, para que não se passem despercebidas as RAMs que podem afetar a saúde dos mesmos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Por se tratar de profissionais que estão mais próximos da população, esse estudo se torna importante, pois aborda uma temática não estudada no município e carece de esclarecimento para maior efetividade das políticas de saúde pública. Portanto, esse estudo teve como objetivo analisar as atitudes e conhecimentos dos profissionais do NASF-AB de um município do sudoeste baiano sobre notificações de reações adversas a medicamentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, realizada com profissionais do NASF-AB do município de um município do sudoeste baiano. O município é referência para mais de 70 cidades circunvizinhas, sendo que na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo sede da Macrorregião de Saúde do sudoeste da Bahia (GIL, 2008; FONTELLES, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2013; JÚNIOR *et al.*, 2012; VITÓRIA DA CONQUISTA, 2010). A presente pesquisa contemplou as cinco equipes do NASF-AB do município, assim o critério de inclusão abrangeu todos os

profissionais que fazem parte do NASF-AB no município. Foram excluídos os profissionais que não foram encontrados após três tentativas, ou que estavam de licença ou férias no período da coleta de dados. Foram considerados 29 profissionais aptos para participar do estudo, segundo os critérios estabelecidos. Destes, 26 concordaram em participar e assinaram o TCLE e 3 profissionais não foram encontrados após três tentativas durante um período de 30 dias e foram considerados como perdas amostrais. A amostra final foi constituída, portanto, por 26 profissionais do NASF-AB. O instrumento de coleta utilizado foi um questionário estruturado, com base nos trabalhos dos autores Pinheiro; Pepe (2011) e Modesto *et al.* (2016), empregados em pesquisas conduzidas com a mesma temática. O questionário foi composto por questões que avaliaram os dados socioeconômicos e perfil profissiográfico (sexo, idade, vínculo com a prefeitura, profissão, tempo de formado, pós-graduação e tempo de trabalho), nível de conhecimento dos profissionais em relação às reações adversas e perfil do serviço e capacitações. A análise estatística foi realizada de forma descritiva através do software SPSS 22.0. Os resultados foram apresentados por meio de frequência absoluta e relativa para a avaliação do perfil profissiográfico. Além disso, para as variáveis contínuas, foram calculadas medidas de posição e de dispersão. Este estudo é um recorte de um estudo maior intitulado: “Avaliação dos conhecimentos e atitudes dos profissionais da atenção básica do município de Vitória da Conquista sobre notificações de reações adversas a medicamentos”, aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR através do parecer nº 2.960.903.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 26 profissionais de saúde das áreas da Farmácia, Nutrição, Educação Física, Psicologia e Fisioterapia. Observou-se que 61,5% (n=16) eram profissionais do sexo feminino e tinham uma média de 35,86 ($\pm 5,30$) anos de idade, sendo a maioria na faixa etária de 30 a 37 anos (n=15, 57,7%). Em relação ao vínculo com a prefeitura, 100% (n=26) dos participantes eram concursados. A tabela 1 indica que, entre as categorias de profissionais, a maior participação foi dos fisioterapeutas, com 26,9% (n = 7), seguido dos psicólogos e nutricionistas, ambos com 23,1% (n = 6).

Quanto à titulação, a maioria possuía algum tipo de pós-graduação 96,2% (n = 25). Em relação ao tempo de formação foi observada uma média de 11,32 ($\pm 5,13$) anos entre os participantes, sendo que a maioria (n=20, 76,9%) possui de 6 a 13 anos de formação. Foi observado também que a maioria dos participantes possuía um tempo de vínculo de 3 a 7 anos (n=15, 57,7%).

Na análise do conhecimento sobre RAM, 84,6% (n=22) dos participantes declararam ter um conhecimento regular ou ruim (TABELA 2). Ao verificar que uma boa parcela dos profissionais tem o conhecimento insuficiente sobre RAM, evidencia a necessidade de promover ações, palestras e manuais voltados para a educação e conhecimento da equipe multiprofissional, aumentando o rendimento no processo de trabalho desses profissionais (SALVIANO; LUIZA; PONCIANO, 2011).

Tabela 1. Perfil profissiográfico dos profissionais de saúde do NASF-AB no município de Vitória da Conquista - Ba, 2019

| VARIÁVEIS | N | % |
|----------------------------|----|------|
| Sexo | | |
| Feminino | 16 | 61,5 |
| Masculino | 10 | 38,5 |
| Idade | | |
| 30-37 anos | 15 | 57,7 |
| 38-45 anos | 5 | 19,2 |
| 46-53 anos | 1 | 3,9 |
| Não responderam | 5 | 19,2 |
| Categoria profissional | | |
| Fisioterapeuta | 7 | 26,9 |
| Nutricionista | 6 | 23,1 |
| Psicólogo | 6 | 23,1 |
| Profissional de Ed. Física | 5 | 19,2 |
| Farmacêutico | 2 | 7,7 |
| Tempo de formação | | |
| 6-13 anos | 20 | 76,9 |
| 14-21 anos | 4 | 15,4 |
| 22-30 anos | 1 | 3,9 |
| Não respondeu | 1 | 3,8 |
| Pós-graduação | | |
| Sim | 25 | 96,2 |
| Não | 1 | 3,8 |
| Tipo de Vínculo | | |
| Concursado | 26 | 100 |
| Contratado | 0 | 0 |
| Tempo de Vínculo | | |
| 3-7 anos | 15 | 57,7 |
| 8-13 anos | 11 | 42,3 |

n: Número

%: Porcentagem

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora (2019)

Tabela 2. Conhecimentos dos profissionais de saúde sobre reações adversas a medicamentos do NASF-AB do município de Vitória da Conquista, 2019

| INFORMAÇÕES SOBRE RAM | n | % |
|---|----|------|
| Conhecimento dos profissionais de saúde sobre RAM | | |
| Regular ou ruim | 22 | 84,6 |
| Bom ou excelente | 4 | 15,4 |
| Conceito de RAM | | |
| Incorreta | 16 | 61,5 |
| Parcialmente Correta ou correta | 7 | 26,9 |
| Não responderam | 3 | 11,6 |
| Conhecimento de quais profissionais podem notificar RAM | | |
| Todos os profissionais de saúde | 12 | 46,2 |
| Apenas Prescritores | 10 | 38,5 |
| Apenas Médico | 0 | 0 |
| Não Responderam | 4 | 15,3 |
| Conhecimento sobre a possibilidade de notificar RAM pela internet | | |
| Não | 21 | 80,8 |
| Sim | 4 | 15,4 |
| Não Responderam | 1 | 3,8 |

n: Número

%: Porcentagem

RAM: Reação Adversa A Medicamentos

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora (2019)

Tabela 3. Distribuição dos profissionais do NASF-AB por categoria segundo conhecimento sobre RAM e conceito no município de Vitória da Conquista, 2019

| | Farmacêutico | Fisioterapeuta | Nutricionista | Prof. de EF | Psicólogo |
|---------------------------------|--------------|----------------|---------------|-------------|-----------|
| | n (%) | n (%) | n (%) | n (%) | n (%) |
| Conhecimento sobre RAM | | | | | |
| Regular ou ruim | 2 (100) | 1 (14,3) | 0 (0) | 1 (20) | 0 (0) |
| Bom ou excelente | 0(0) | 6 (85,7) | 6 (100) | 4 (80) | 6 (100) |
| Conceito de RAM* | | | | | |
| Incorreta | 0 (0) | 5 (83,3) | 6 (100) | 1(20) | 4 (100) |
| Parcialmente Correta ou correta | 2 (100) | 1 (16,7) | 0 (0) | 4(80) | 0 (0) |

*foram contabilizados para o cálculo apenas os profissionais que responderam à questão.

Prof. de EF: Profissional de Educação Física

RAM: Reação Adversa a Medicamentos

n: Número.

%: Porcentagem.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora (2019).

Mais da metade dos profissionais do NASF-AB responderam de forma incorreta sobre o conceito de RAM, 61,5% (n= 16), descrevendo como foco principal das respostas as reações indesejáveis como dor de cabeça, diarreia, enjoo, tontura, etc, diferentes do esperado (TABELA 2). Resultados parecidos foram encontrados por Salviano (2008), que estudou as reações adversas a medicamentos em uma unidade de Saúde da Família 21ª CRES, do Estado do Ceará no ano 2008, e observou que os entrevistados focaram apenas nos eventos adversos, sem ter ligação nenhuma com a definição proposta pela OMS. Esses dados mostram-se extremamente preocupantes, pois a farmacovigilância é uma fase importante para garantir a segurança do uso do medicamento, através da identificação de reações adversas a medicamentos pós venda. Se o profissional desconhece a FV, dificilmente irá desenvolver as ações de notificação. Por isso, é importante que os profissionais estejam capacitados para fazer esse tipo de análise na rotina de trabalho, aumentando a segurança durante tratamento medicamentoso (MOREIRA *et al.*, 2015).

Dos resultados referentes ao autoconhecimento e conceito sobre RAM (Tabela 3), os profissionais nutricionistas e psicólogos declararam ter um conhecimento bom ou excelente (100%; n = 6) sobre RAM, seguidos dos profissionais de fisioterapia (85,7%; n = 6) e dos educadores físicos (80%; n = 4). Os profissionais farmacêuticos declararam ter um conhecimento sobre RAM regular ou ruim (100%; n = 2). Porém, quando questionado sobre o conceito de RAM, 100% (n = 2) dos profissionais farmacêuticos definiram de forma correta, seguidos dos profissionais de educação física (80%; n = 4) e fisioterapeutas (16,7%; n = 1). A compreensão sobre o conceito de RAM é baixa visto que menos da metade dos participantes possuíam conhecimento sobre o assunto. Entre os profissionais, a classe farmacêutica foi a que obteve maior conhecimento visto que é o medicamento é sua ferramenta de trabalho e é quem promove a dispensação do medicamento para o paciente (MODESTO *et al.*, 2016; PIRMOHAMMED *et al.*, 2004). Dos profissionais do NASF-AB que participaram da pesquisa, apenas 46,2% (n= 12) demonstraram ter conhecimento que todos os profissionais de saúde podem realizar notificação de suspeita de RAM. Além disso, ao se perguntar sobre o conhecimento dos profissionais a respeito da possibilidade de notificar RAM pela internet, 80,8% (n= 21) dos profissionais não tinham ciência que era possível notificar. O desconhecimento sobre a possibilidade de notificação pelos profissionais de saúde pode ter um reflexo na baixa incidência de notificação. A subnotificação pode estar relacionada também com a falta de tempo do profissional para preenchimento de dados, falta de conhecimento sobre RAM e falta de compreensão dos agravos e receita de punições (MODESTO *et al.*, 2016).

A ANVISA, no ano de 2018 substituiu o Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária (NOTIVISA) por outra ferramenta que auxilia os profissionais e a população no momento de realizar as notificações voluntárias, o Vigimed. (ANVISA, 2019). A notificação on-line é uma forma rápida e eficaz de notificação de suspeita de RAM que é coordenado pelo setor de Farmacovigilância da ANVISA. Foi simplificado a partir da criação do Vigimed para facilitar o processo de notificação pelos profissionais. O conhecimento desta ferramenta pode aumentar o número de notificações pelas características supracitadas do sistema. Em relação à identificação da ocorrência ou possibilidade de ocorrência de uma RAM, 57,7% (n=15) dos profissionais mostraram que em

seu local de trabalho costumam identificar os possíveis casos de RAM. Porém, desse percentual, apenas 20,0% (n=3) realizam algum tipo de registro. Todos esses 3 participantes disseram que realizam esse tipo de procedimento no prontuário do paciente. O registro em prontuário, embora seja importante, não possibilita, a princípio, a compilação e análise desses dados pelo órgão competente. Sendo assim, se torna essencial que as mesmas sejam realizadas em meio destinado para esse fim, a saber, o Vigimed. Além disso, as perdas de informações sobre RAMs, de forma geral, levam a uma subnotificação das mesmas. Isso gera agravos, pois a não notificação pode acarretar o não cumprimento de medidas e ações de intervenção que vão auxiliar promoção, proteção e controle de danos que podem impactar a saúde do usuário (MOTA; VIGO; KUCHENBECKER, 2019).

De acordo com os dados obtidos nesse estudo, 50,0% (n= 13) dos profissionais não utilizam nenhuma fonte para atualização do conhecimento sobre RAM, e 15,4% (n=4) utilizam livros, textos especializados, dicionário de especialidades farmacêuticas, bula e revistas científicas para se atualizarem. A atualização contínua auxilia os profissionais a realizar uma assistência à saúde mais completa e competente, e possibilita um cuidado mais efetivo, seguro e livre de danos. Já a não atualização sobre RAM pode acarretar em graves problemas de saúde, uma vez que os usuários acometidos por um problema grave pode gerar custos à saúde pública que poderia ser impedido com o conhecimento atualizados desses profissionais (FLORES; OLIVEIRA; ZOCHE, 2016; LIMA, 2019). Os profissionais que participaram do estudo mostraram que a conduta mais viável ao se deparar com uma RAM, é suspender o medicamento (30,8%, n=8) ou mudar a terapêutica do medicamento (30,8%, n=8). A suspensão de um medicamento é a conduta mais segura a ser tomada, além de ser uma ação ética e que pode ser norteadora para rastrear uma RAM, a suspensão ou a mudança da terapêutica pode ser realizadas pelos profissionais prescritores e assim auxiliar em uma conduta mais correta para a situação (MODESTO *et al.*, 2016).

Os resultados demonstraram, que 84,6% (n=22) dos profissionais do NASF-AB responderam que nas unidades que eles prestam serviço é possível visualizar a falta de manuais e/ou protocolos para auxiliarem no momento de identificar e notificar uma RAM. Foi possível verificar que 96,2% (n=25) dos profissionais não receberam capacitação para identificar e realizar as notificações de RAM. Além disso, 96,2% (n= 25) confirmaram ter a necessidade de receber alguma capacitação. A capacitação, a participação em programas de educação continuada e o constante treinamento e atualização dos conhecimentos desses profissionais, irá auxiliá-los na correta prestação de serviços ao se depararem com uma suspeita de RAM e assim poderão ter facilidade para notificar essas suspeitas, além de contribuir tanto para o aperfeiçoamento profissional, quanto para a qualidade do serviço e mudanças na prática profissional (MODESTO *et al.* 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2016). Ao receber capacitações esses profissionais ganham habilidade para identificar falhas, e ao corrigi-las irá melhorar a qualidade de vida do usuário. A implementação de capacitações irá auxiliar as equipes de saúde e possibilita conhecer quais RAM são mais frequentes no âmbito das unidades. Ao ter profissionais com mais conhecimento os mesmos irão auxiliar os usuários, promovendo assim melhor qualidade e segurança ao paciente (SILVA, *et al.*, 2019).

Tabela 4. Notificação de reações adversas a medicamentos pelos profissionais de saúde das NASF-AB do município de Vitória da Conquista, 2019

| INFORMAÇÕES SOBRE RAM | n | % |
|---|----|-------|
| Identificação ocorrência ou possibilidade de ocorrência de RAM | | |
| Sim | 15 | 57,7 |
| Não | 10 | 38,5 |
| Não Responderam | 1 | 3,8 |
| Registro de Ocorrência de RAM* | | |
| Não | 12 | 80,0 |
| Sim | 3 | 20,0 |
| Local de Registro das RAMs* | | |
| Prontuários | 3 | 100,0 |
| Sistema Eletrônico | 0 | 0 |
| Documento físico estabelecido para esse fim | 0 | 0 |
| Fontes Para Atualização Sobre RAM | | |
| Não utiliza nenhuma fonte | 13 | 50,0 |
| Outros | 5 | 19,2 |
| Livros, textos especializados, DEF, bula, Revistas científicas. | 4 | 15,4 |
| Aplicativos (Micromedex, Medscape, outros) | 2 | 7,7 |
| Palestras, cursos, congressos. | 1 | 3,8 |
| Não responderam | 1 | 3,8 |
| Conduta Ideal no caso de uma RAM | | |
| Suspende o medicamento. | 8 | 30,8 |
| Muda a terapêutica do medicamento. | 8 | 30,8 |
| Não toma nenhuma atitude. | 4 | 15,4 |
| Ajusta a dose. | 1 | 3,8 |
| Mantém o medicamento trata sinais e sintomas. | 0 | 0 |
| Não Responderam | 5 | 19,2 |

*são subquestões excludentes e, por isso, N < 26.

n: Número

%; Porcentagem

RAM: Reação Adversa A Medicamentos

DEF: Dicionário de Especialidades Farmacêuticas.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora (2019)

Tabela 5. Perfil de capacitação dos profissionais do NASF-AB do município de Vitória da Conquista, 2019

| VARIÁVEIS | n | % |
|---|----|------|
| Presença de protocolo ou manual | | |
| Não | 22 | 84,6 |
| Sim | 1 | 3,9 |
| Não Responderam | 3 | 11,5 |
| Realizou capacitação sobre RAM | | |
| Não | 25 | 96,2 |
| Sim | 0 | 0 |
| Não Responderam | 1 | 3,8 |
| Necessidade de receber alguma capacitação | | |
| Sim | 25 | 96,2 |
| Não | 1 | 3,8 |

NASF-AB: Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica.

n: Número.

%; Porcentagem.

RAM: Reação Adversa A Medicamentos.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora (2019).

Considerações Finais

O trabalho conseguiu demonstrar que o conhecimento e atitudes dos profissionais do NASF-AB acerca de notificar uma possível RAM são lacuna nos serviços de saúde estudados. Porém esses profissionais demonstraram desejo em atualizar seus conhecimentos sobre o assunto, para assim, contribuir com a qualidade e segurança da população. O fato de os profissionais farmacêuticos terem demonstrado conhecimentos superior em relação ao conceito de RAM reflete a necessidade de estímulo ao trabalho interdisciplinar e multiprofissional, para que cada um, na sua área, possa contribuir para a construção de uma rede colaborativa para a promoção de uma vigilância ativa da segurança dos medicamentos. Os resultados deste estudo poderão contribuir

com subsídios, no contexto da atenção primária à saúde local, para o planejamento de estratégias de sensibilização a respeito da importância das atividades de FV para a identificação das RAM e a promoção do uso racional de medicamentos voltados ao cuidado do paciente.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. A. L.; CARDOSO, M. A. A Farmacovigilância e sua importância no monitoramento das reações adversas a medicamentos. *Revista de Saúde e Desenvolvimento*, v. 4, n. 2, p. 33–56, 2013.
- BARROS, J. DE O. *et al.* Estratégia do apoio matricial: a experiência de duas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) da cidade de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 9, p. 2847–2856, 2015.
- BISPO JÚNIOR, J. P.; MARTINS, P. C. Envolvimento comunitário na Estratégia de Saúde da Família: Dilemas entre institucionalização e efetiva participação. *Physis*, v. 22, n. 4, p. 1313–1332, 2012.
- Boletim de Farmacovigilância. ANVISA. Ano I nº 1 | jul / set de 2012. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33868/2894786/Boletim+de+Farmacovigilância+nº+01/ec9f5a88-7c65-40a1-80a3-30efa9aea1c4>>. Acessado em 02/05/2019.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.
- FELIPE, A. O. B.; DE OLIVEIRA, M. B.; TERRA, F. DE S. Conocimiento del equipo de enfermería que trabaja en Unidades Pediátrica y Neonatal sobre reacciones adversas a medicamentos TT - Knowledge Team Active in the Nursing Unit on Pediatric and Neonatal Adverse Reaction to Drugs TT - Conhecimento da Equipe. *Enfermería Global*, v. 13, n. 35, p. 1–10, 2014.
- FLORES, G. E.; OLIVEIRA, D. L. L. de; ZOCHE, Denise Antunes de Azambuja. Educação permanente no contexto hospitalar: a experiência que ressignifica o cuidado em enfermagem. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v.14 n.2, p.487-504, maio/ago. 2016
- FONTELLES, M. J. *et al.* Metodologia Da Pesquisa Científica: Diretrizes Para a Elaboração De Um Protocolo De Pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*, v. 23, n. 2, p. 1–8, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL. 6. ed. São Paulo – editora Atlas S.A. – 2008.
- LIMA, R. F. de. Elaboração e validação do manual de orientações sobre reações adversas a antineoplásicos para a equipe de enfermagem. Porto Alegre, RS, Natal, RN. 2019.
- MODESTO, A. C. F. *et al.* Reações Adversas a Medicamentos e Farmacovigilância: Conhecimentos e Condutas de Profissionais de Saúde de um Hospital da Rede Sentinela. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 40, n. 3, p. 401 – 410, 2016.
- MOINUDDIN, K. *et al.* Knowledge and attitude of health-care professional toward adverse drug reactions reporting at King Saud Medical City. *J PharmBioallSci*, v. 10, p. 29–34, 2018.
- MOREIRA, I. A. *et al.* Conhecimento dos profissionais de saúde sobre eventos adversos em unidade de terapia

- intensiva. Revenferm UERJ, v. 23, n. 4, p. 461-7, Rio de Janeiro, jul/ago, 2015.
- MOTA, D. M.; VIGO, Á.; KUCHENBECKER, R. DE S. Reações adversas a medicamentos no sistema de farmacovigilância do Brasil, 2008 a 2013: estudo descritivo. Cad. Saúde Pública 2019; 35(8):e 00148818.
- MOTA, D. M.; VIGO, Á.; KUCHENBECKER, R. DE S. Recomendação de códigos da CID-10 para vigilância de reações adversas e intoxicações a medicamentos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 9, p. 3041–3054, 2018.
- OLIVEIRA, J. R. de *et al.* Eventos adversos notificados ao Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária (NOTIVISA): Brasil, estudo descritivo no período 2006 a 2011*. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 22, n. 4, p. 671-678, out-dez 2013.
- OLIVEIRA, M. P. R. de *et al.* Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde: Fatores Associados à Qualidade da Atenção Primária. Goiânia, Brasil. Revista Brasileira de Educação Médica, 40 (4): 547-559; 2016.
- OLIVEIRA, R. L. de *et al.* Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil: Revisão de literatura. Mostra Científica da Farmácia, [s.l.], v. 6, n. 1, jul. 2019. issn 2358-9124.
- PINHEIRO, H. C. G. *et al.* Reações adversas a medicamentos: conhecimento e atitudes dos profissionais de saúde em um hospital-sentinela de ensino do Ceará-Brasil, 2008. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 20, n. 1, 2011.
- Resolução nº 4, de 10 de fevereiro de 2009. Ministério da Saúde. ANVISA. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/res0004_10_02_2009.html>. Acessado em 03/05/2019.
- SALVIANO, L. H. M. S. Avaliação do Nível de Informação dos Profissionais de Saúde da Família acerca das Reações Adversas a Medicamentos e Farmacovigilância. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fortaleza, 2008.
- SALVIANO, L.H.M.S.; LUIZA, V.L.; PONCIANO, Â.M.S. Percepção e condutas de profissionais da Estratégia Saúde da Família acerca de reações adversas a medicamentos. Epidemiol. Serv. Saúde v.20 n.1 Brasília mar. 2011
- Secretaria municipal de saúde. Relatório de Gestão. Vitória da Conquista. 2010. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/RAG-2009_DIVAST.pdf>. Acessado em 02/04/2019.
- SILVA, S. DE O.; VIDAL, S. A.; OLIVEIRA, E. P. C.; MORAIS, G. S. DA N.; ALMEIDA, L. S.; SILVA, K. L. B. DA. Conhecimento, atitudes e práticas dos profissionais de saúde sobre os cuidados paliativos a pacientes oncológicos. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 11, n. 9, p. e369, 1 maio 2019.
- VigiMed. ANVISA. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/vigimed>>. Acesso em: 2 maio. 2019.
